

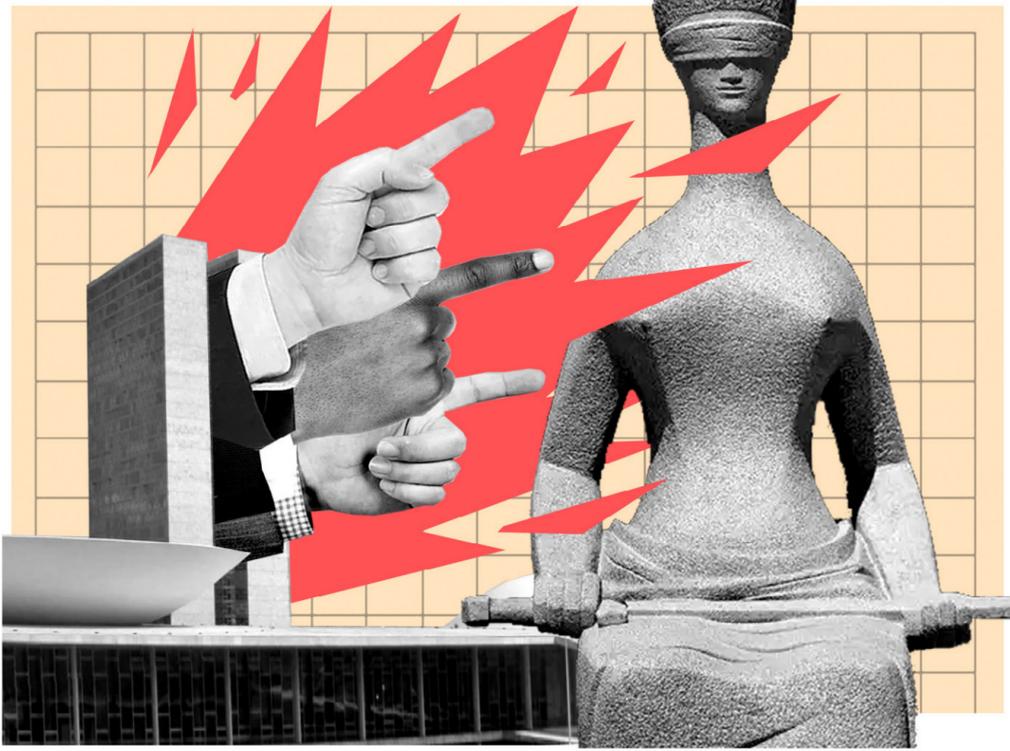
Congresso versus Supremo: quem não deve não treme

» JOSÉ NATAL
Jornalista

Em setembro de 1993, percorrendo a Amazônia em campanha presidencial para as eleições de 1994, o agora presidente Luiz Inácio Lula da Silva disparou para todo o mundo ver e ouvir que havia no Congresso Nacional “uma minoria de parlamentares que se preocupa e trabalha pelo país, mas há uma maioria de uns 300 picaretas que defende apenas seus próprios interesses”. A fala do candidato Lula da Silva foi criticada de forma pesada e agitou o meio político na época. O deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), que presidia a Casa, exigiu medidas severas contra o petista. Rolou até insinuações de que a declaração de Lula tinha um viés contra a democracia, visando desprestigiar a Câmara. Lula ratificou a declaração no dia seguinte, citando que, para identificar os picaretas, bastava “acompanhar as votações do Congresso, como a que decidiu sobre a duração do mandato do ex-presidente José Sarney em 1988”.

Os roqueiros da banda Paralamas do Sucesso surfaram na onda da crítica de Lula e, já no ano seguinte, passaram a tocar a música *Luiz Inácio e os 300 picaretas*. Foi um agito. Fernando Gabeira, que ficou 16 anos na Câmara, também cutucou o assunto e, em um artigo do *Jornal O Estado de São Paulo*, citou que a estimativa de Lula tinha lá suas razões, ironizando que esse número poderia girar em torno de 312 a 417 parlamentares. O clima esquentou, mas isso foi há 31 anos. Antes disso e depois disso, esse embate entre Legislativo, Executivo e Judiciário alterna dosagem a cada ano que passa. É o Legislativo que se queixa da intromissão do governo em assuntos do parlamento, ou então o Judiciário investe em setores que os políticos rejeitam.

Isso é fato, não se trata de especulação. A batalha de gabinetes e tribunas agora ganha corpo entre congressistas e os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Diga-se de passagem, mais uma disputa de egos por parte de alguns políticos, constantemente na defensiva e em muitos casos buscando argumentos que os livre da mão pesada



da lei, que deles tira o sono e votos. Guardião da Constituição e vigilante, o Supremo, desde que existe, fez e continuará fazendo o seu papel, mesmo que algumas decisões incomodem Marias e José. O momento atual dessa polêmica que nunca termina se fortalece agora, quando as chamadas decisões monocráticas passam a acontecer com uma frequência maior.

Acostumado aos debates e com liberdade de opinião explícita, o parlamento manifesta seu descontentamento e escolhe um alvo para desaguar suas mágoas. Esse alvo é o ministro Alexandre de Moraes, mesmo não sendo ele o único a adotar medidas que desagradam aos parlamentares. Esquecem os políticos de que a comunidade também deposita neles votos de esperança e, quase sempre, busca amparo para algumas importantes decisões que balizam comportamentos, atualizam leis e costumes e os elege para que mudem sua vida. Ou que, pelo menos, sinalizem gestos nessa direção.

Alguns radicais, impulsionados por líderes pouco preocupados com as consequências que afetam o meio social e a vida rotineira do país, fazem uma fuzarca particular e, mesmo sabendo que serão derrotados, insistem em alterar

a regra do jogo. Mesmo sem o apoio popular e contrariando a lógica política, movimentos isolados esbravejam um pedido de impeachment do presidente do STF, como se fosse um manifesto de torcidas em estádios de futebol. Ora, senhores, mesmo que muitos ainda não acreditem, nossa bandeira da república de bananas há muito que foi rasgada.

Com o habitual bom senso de sempre e amparado pela base consciente do Senado Federal, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, afirma respeitar os apelos dos parlamentares, mas a hora é de rejeitar casuísticas e lembrar a todos que o país carece de outras providências. Questionar a seriedade e as ações do Supremo, com certeza, não é uma delas. O Brasil tem um histórico não muito positivo quando o assunto é relacionado à classe política. Claro que o erro de alguns, muitas vezes, prejudica outros que nada fizeram de errado. Essa manifestação agressiva, e muitas vezes exagerada, do meio político, escolhendo o Supremo como alvo, pode se virar contra o próprio Congresso. Aqui, vale a máxima de que nada há a temer quando nada de errado foi cometido. Cada um que faça sua parte, e que faça bem-feita. Quem não deve não treme.

Tratamento de pacientes com TEA em xeque: a quem isso interessa?

» ANDRÉA WERNER
Deputada estadual (PSB-SP), presidente da Comissão das Pessoas com Deficiência da Alesp e autista

Como é possível conciliar a criação de procedimentos, padrões de atendimento e equipamentos públicos que ofereçam serviços consistentes a toda uma população com as perspectivas mais modernas de que o paciente deve estar no centro de qualquer consideração sobre um tratamento ou atendimento? Isso é especialmente importante quando pensamos em condições que cobrem um espectro amplo de características. Pessoas podem responder de forma drasticamente diferente a um medicamento, e o mesmo vale para abordagens terapêuticas. Se não considerarmos quem é aquela pessoa, quais são suas necessidades e seu histórico, não seremos capazes de indicar uma abordagem assertiva.

No autismo, isso fica claro. Em parte porque o entendimento sobre a condição e sobre abordagens terapêuticas evoluiu muito nos últimos 10 anos, mas também porque ele se manifesta de formas diferentes de uma pessoa para outra. Eu sou uma mulher de 48 anos, formada em jornalismo, com altas habilidades e superdotação. Meu filho é um rapaz de 16 anos, em alfabetização, não oralizado, com deficiência intelectual. Não existe uma abordagem que atenda a nós dois.

Por isso, é preocupante a pressão, desde janeiro, do setor de saúde suplementar para que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) estabeleça parâmetros ao tratamento de autismo. Estabelecer guias abrangentes para uma condição ultraspecífica pode privar autistas de suportes necessários e impor aos que não precisam abordagens que podem ser desnecessárias. Vale destacar que, em 18 meses de mandato na Assembleia Legislativa de São Paulo, recebi 1.225 denúncias sobre abusos cometidos por planos de saúde. Elas já embasaram seis inquéritos instaurados pelo Ministério Público.

Isso vai ao encontro de outro pedido recorrente do setor de saúde suplementar pelo fortalecimento dos Núcleos de Apoio ao Judiciário (Natjus) como uma forma de combater a “indústria do autismo”, supostamente usada para cometer fraudes com receitas de terapia exageradas. O Natjus é uma plataforma pela qual especialistas apresentam opiniões técnicas sobre casos que estão sub judice para auxiliar juízes em suas decisões. Mas esse serviço tem problemas.

Para começar, não há informações sobre quem é o autor de um parecer. Em um julgamento sobre autismo, a opinião técnica pode vir de um oftalmologista, por exemplo. Além disso, não há qualquer contato entre o indivíduo a quem uma abordagem foi receitada e os especialistas. Alguns laudos são, inclusive, contraditórios, como a Nota Técnica 68.925, que definiu que uma criança não deveria receber intervenção ABA ao mesmo tempo em que deixou explícito que ela tem evidência científica. Esse documento viola a Lei nº 14.454, que é clara ao ditar que, se uma terapia tem indicação médica e evidência científica, o plano deverá cobrir seus custos. Ao mesmo tempo, essa mesma lei protege os planos de saúde quando há prescrição de terapias sem evidência científica mesmo se houver judicialização.

Destaco ainda o perigo em associar a chamada “indústria do autismo” a fraudes e casos de abuso. Aqui, falamos de um cenário complexo e multifatorial, que só será solucionado com uma abordagem de muitas frentes. Começamos pela luta pela regulamentação das profissões e terapias relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), estabelecendo critérios claros de como deve ser a formação, com entidades de classe especializadas que possam orientar sobre quais as formas corretas de aplicar as abordagens.

Sobre as fraudes, esse papel recai sobre as operadoras de saúde — como apontado por Ana Carolina Navarrete, do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), em entrevista, em janeiro, à *Folha de São Paulo*: “Existem empresas que, de má-fé, praticam fraudes e que podem enganar e envolver o consumidor nesse processo, mas nunca o consumidor é culpado ou deve ser responsabilizado”. O dever de criar ferramentas de gestão e procedimentos de compliance é das operadoras e não pode ser usado como justificativa para negação de terapias.

Ainda é necessário avaliar o uso anedótico de receitas que superam as 40 horas por semana. Dados da ANS mostram que 95% dos beneficiários fazem até três consultas semanais, considerando fonoaudiologia, psicologia e fisioterapia. A alegação de um volume alarmante de indivíduos que frequentam clínicas por 40 horas semanais, nesse contexto, é não representativo e não pode pautar o debate.

Não podemos questionar que há a necessidade de mais regulamentação sobre serviços da saúde suplementar e medidas para garantir tratamentos de qualidade a pessoas autistas. Mas se esse debate for pautado pela perspectiva de pressuposição de má-fé do beneficiário, a lógica central de mutualismo que esse setor tem defendido em suas campanhas ficará em xeque. O que as famílias buscam é acesso à saúde — nem mais, nem menos.

A urgência da Reforma Administrativa

» EDMILSON PEREIRA
Presidente da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac)

O assunto da vez, no Brasil, é a Reforma Administrativa, principalmente depois da divulgação de um estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) que apontou que o crescimento descontrolado da dívida pública provocará, nos próximos 50 anos, impactos profundos no Produto Interno Bruto (PIB) — isto é, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

A grande questão é que esse movimento pode atingir em cheio a saúde financeira das empresas brasileiras. E se isso não for discutido e modificado agora, as consequências serão desastrosas. Só para se ter uma ideia, sem medidas estruturais imediatas, o prejuízo acumulado poderá ser superior a R\$ 1,375 trilhão, o que resultará em risco à sustentabilidade dos negócios.

Os cálculos do estudo indicam que, para cada ponto percentual (1 p.p.) de aumento na dívida pública em relação ao PIB, o Brasil perde cerca de R\$ 1,3 bilhão ao ano. Resultado: reduz a capacidade de investimentos do setor privado, eleva o custo do crédito e compromete a competitividade do país.

Conforme o levantamento da CNC, na última década, o Brasil apresentou um crescimento de 84%, com taxa média de 7% ao ano. Apesar disso, o aumento significativo dos gastos públicos, que avançaram a uma taxa média de 53% ao ano nos últimos 20 anos, contrapõem-se à ampliação de apenas 35% nas receitas. Em outras palavras,

essa discrepância tem alimentado deficits consecutivos, forçando o governo a buscar mais endividamento e pressionando o setor produtivo com juros elevados e uma carga tributária crescente.

Outro ponto levantado é que, sem a Reforma Administrativa, o desequilíbrio das contas públicas exigiria um aumento de até 9% do PIB na carga tributária. A situação fiscal, portanto, não só ameaça o crescimento econômico, mas impõe um fardo adicional às empresas, que já lidam com uma das mais altas cargas tributárias do mundo. Sem uma revisão urgente nos gastos públicos, o setor privado será diretamente afetado pela alta dos impostos, comprometendo sua capacidade de competir e, principalmente, de crescer.

Ainda conforme os números da pesquisa, a dívida pública passou de 45,3% do PIB em 2008 para 77,8% em 2023, com tendência de crescimento contínuo. Esse aumento gera um círculo vicioso de endividamento, elevando o custo financeiro e limitando a capacidade do país de fazer investimentos públicos que impulsionariam o setor privado. No frígido dos ovos, em 10 anos, a Reforma Administrativa poderia gerar uma economia de R\$ 330 bilhões, aliada à atração de novos investimentos por meio de privatizações e concessões.

Por tudo que foi dito, a situação fiscal não só ameaça o crescimento econômico, como impõe um fardo adicional às empresas. Só para se ter uma ideia, atualmente o Brasil tem uma carga tributária equivalente a quase 33% do PIB, uma das

maiores do mundo. Isso é muito, considerado alto para padrões internacionais, e afeta diretamente a competitividade do setor empresarial. Além disso, mais de 96% das despesas do governo federal são obrigatórias, o que significa que há pouco espaço para ajustes discricionários, dificultando ainda mais a gestão fiscal.

Para nós do setor de serviços terceirizáveis, a Reforma Administrativa é um passo indispensável para garantir a eficiência do setor público e fortalecer a economia brasileira. A Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac) acredita que o Brasil está em um momento crucial, em que decisões corajosas precisam ser tomadas para destravar o desenvolvimento de longo prazo. Assim como as reformas Previdenciária e Trabalhista trouxeram avanços, é hora de avançarmos na modernização da gestão pública, assegurando um Estado mais eficiente e focado em suas atividades essenciais.

Precisamos de uma administração pública mais enxuta, transparente e capaz de oferecer melhores serviços à população. A racionalização dos gastos públicos não apenas economizará recursos, como também abrirá espaço para que o setor privado, o verdadeiro motor da geração de emprego e renda, possa atuar com mais liberdade e segurança. Defendemos um ambiente de negócios com segurança jurídica e estabilidade macroeconômica, em que a iniciativa privada possa prosperar e criar oportunidades.